

SERGIO CAVALIERI FILHO

PROGRAMA DE RESPONSABILIDADE CIVIL

14^a
edição revista,
atualizada e
reformulada



344.51(81)

C376p

14. ed.

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 31.03.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2020 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384
São Paulo – SP – 01203-904
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- As seis primeiras edições deste livro foram publicadas pela Editora Malheiros.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ. 1173427

Cavaliere Filho, Sergio

Programa de responsabilidade civil / Sergio Cavaliere Filho. – 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-97-02532-3

1. Responsabilidade (Direito) - Brasil. I. Título.

20-63461

CDU: 347.51(81)

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135



SUMÁRIO

.....

Introdução	1
Sistema Brasileiro de Responsabilidade Civil	1
I – De um sistema singelo a um sistema complexo.....	1
II – Fatores da evolução	2
III – As cláusulas gerais de responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002	5
IV – O diálogo das fontes	7
V – O futuro da responsabilidade	7
VI – Os riscos coletivos e difusos	8
Capítulo I – Responsabilidade	11
1 Conceito.....	11
1.1 Dever jurídico originário e sucessivo.....	11
1.2 Distinção entre obrigação e responsabilidade	12
1.2.1 Da obrigação de indenizar.....	13
2 Posicionamento da responsabilidade na teoria geral do Direito.....	15
2.1 Fato jurídico	15
2.2 Ato jurídico e negócio jurídico	16
2.3 Ato ilícito.....	16
2.4 Duplo aspecto da ilicitude	17
2.5 Ato ilícito em sentido estrito e amplo	18
2.5.1 Ilicitude e nulidade – distinção	21
3 Função da responsabilidade civil.....	21
3.1 Princípio da reparação integral.....	21
3.1.1 O parágrafo único do artigo 944 do Código Civil e o princípio da reparação integral.....	23
4 Espécies de responsabilidade	24
4.1 Responsabilidade civil e penal	24
4.2 Responsabilidade contratual e extracontratual.....	25
4.3 Responsabilidade subjetiva e objetiva	26
4.4 Responsabilidade nas relações de consumo.....	26
5 Pressupostos da responsabilidade subjetiva.....	27
5.1 Exclusão de ilicitude.....	27
5.2 Indenização (ressarcimento) por ato lícito.....	30
5.3 Quadro sinótico da responsabilidade civil.....	33

Capítulo II – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Conduta Culpável.....	35
6 A conduta.....	36
6.1 Conceito.....	36
6.2 Ação.....	36
6.3 Conduta omissiva.....	36
6.4 Fato próprio, de outrem e da coisa.....	37
7 A imputabilidade.....	38
7.1 Conceito.....	38
7.2 Elementos.....	38
7.3 Menoridade.....	38
7.4 Insanidade.....	39
7.5 Responsabilidade dos incapazes.....	40
8 A culpa <i>lato sensu</i>	41
8.1 Dolo e culpa – distinção.....	43
8.2 Dolo – conceito.....	44
8.3 Elementos.....	44
8.4 Culpa – <i>stricto sensu</i>	44
8.5 O dever de cuidado.....	44
8.5.1 Erro de conduta.....	45
8.5.2 Aferição da culpa.....	46
8.6 Conceito.....	47
8.7 Elementos da conduta culposa.....	47
8.8 Previsão e previsibilidade.....	48
8.9 Falta de cuidado.....	49
8.10 Imprudência, negligência e imperícia.....	49
9 Espécies de culpa.....	49
9.1 Culpa grave, leve e levíssima.....	49
9.2 Culpa contratual e extracontratual.....	51
9.3 Culpa <i>in eligendo, in vigilando e in custodiando</i>	51
9.4 Culpa presumida e culpa contra a legalidade.....	51
9.5 Culpa concorrente.....	54
Capítulo III – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: Nexo Causal.....	57
10 Conceito.....	57
11 Teorias.....	59
11.1 Teoria da equivalência dos antecedentes.....	59
11.2 Teoria da causalidade adequada.....	60
12 A teoria acolhida pelo nosso Direito Civil.....	61
12.1 O artigo 403 do Código Civil.....	62
12.2 Direito comparado.....	64
13 Aplicação da teoria da causalidade adequada – casos concretos.....	64
13.1 Primeiro caso.....	65

13.2	Segundo caso	66
13.3	Mitigação do nexa causal.....	67
13.4	Concorrência de causas e não de culpa	69
14	Concausas	71
14.1	Concausas preexistentes.....	71
14.2	Concausas supervenientes ou concomitantes.....	72
14.3	Coparticipação. Causalidade comum	73
14.3.1	Causalidade alternativa	73
14.3.2	A solidariedade passiva nas obrigações decorrentes de ato ilícito	74
14.3.2.1	A relação de causalidade é elemento imprescindível para a caracterização da solidariedade passiva nas obrigações decorrentes de ato ilícito	76
14.3.2.2	O nexa causal é indispensável para a caracterização da solidariedade passiva tanto na responsabilidade subjetiva como na responsabilidade objetiva.....	76
14.3.2.3	A solidariedade passiva nas suas relações externas e internas	77
15	Relação causal por omissão	78
15.1	A relevância jurídica da omissão	78
15.2	A disciplina da omissão no direito positivo	79
15.3	A cláusula geral da responsabilidade por omissão.....	80
15.4	Novos desafios da responsabilidade por omissão.....	81
15.5	Ônus da prova do nexa causal	82
16	Exclusão do nexa causal. Isenção de responsabilidade.....	83
16.1	Fato exclusivo da vítima.....	83
16.2	Fato de terceiro.....	84
16.3	Caso fortuito e força maior.....	85
16.4	Ausência de culpa e caso fortuito	88
Capítulo IV – Responsabilidade Extracontratual Subjetiva – Pressupostos: O Dano		89
17	Conceitos e modalidades	89
17.1	Conceito de dano	89
17.2	Modalidades de dano	90
18	Dano patrimonial	90
18.1	Dano emergente.....	91
18.2	Lucro cessante	91
18.3	Princípio da razoabilidade.....	92
18.4	A perda de uma chance.....	94
19	Dano moral.....	100
19.1	Evolução doutrinária do dano moral: fase da irreparabilidade	103
19.2	Evolução doutrinária do dano moral: fase da inacumulabilidade do dano moral e material	104
19.3	Posicionamento atual	104
19.4	Configuração do dano moral	104

19.4.1	Dano moral e inadimplemento contratual.....	106
19.4.2	Inexistência de dano moral por fato praticado no exercício regular de direito	107
19.4.3	A prova do dano – dano moral <i>in re ipsa</i>	108
19.4.4	Legitimação para pleitear o dano moral. Indeterminação de ofendidos	110
19.4.5	Transmissibilidade do dano moral.....	113
19.5	Arbitramento do dano moral.....	115
19.5.1	Dano moral punitivo	117
19.6	Dano moral à pessoa jurídica.....	120
19.7	Dano difuso e coletivo.....	123
19.7.1	Dano moral coletivo.....	124
19.8	Dano estético.....	126
19.9	Dano direto e indireto – reflexo ou em ricochete.....	128
19.10	Dano à imagem	129
19.10.1	Uso da imagem de pessoa falecida. Direito próprio e novo dos herdeiros..	131
19.10.2	Valor da indenização pelo uso indevido da imagem	133
19.10.3	Abandono afetivo.....	133
19.11	Liberdade de informação versus inviolabilidade da vida privada.....	135
19.11.1	Conceito de privacidade	136
19.11.2	Conceito de liberdade de expressão.....	136
19.11.3	Conceito de liberdade de informação.....	137
19.11.4	As duas vertentes da liberdade de informação	137
19.11.5	Restrição à liberdade de informação	138
19.11.6	Limite entre a vida privada e a pública.....	145
19.11.7	Direito ao esquecimento	147
19.11.8	Mitigação do dano	152
20	Liquidação do dano – critérios para a sua quantificação	152
20A	O dano emergente – critério da diferença	153
20B	Lucro cessante – critério da razoabilidade	154
20C	A perda de uma chance – critério da razoabilidade.....	155
20D	Dano moral – critério do arbitramento	155
20E	Dano coletivo, difuso e dano moral coletivo – técnica da estimativa e do valor do desestímulo.....	156
20F	Outros critérios legais	156
20G	Estimativa das partes – cláusula penal	156
20H	Presunção de prejuízo – juros de mora.....	156
20I	Indenização pela morte de filho menor.....	157
20J	Indenização por redução temporária ou permanente da capacidade laborativa de aposentados e pensionistas	157
20K	Critério da equidade.....	159
20L	Morte da vítima.....	159
20M	Lesão leve ou grave	160
20.1	Inabilitação da vítima para a profissão que exercia, mas não para outra.....	161

20.2	Pensão aos pais pela morte de filho. Termo final.....	162
20.3	Pensão a filho menor pela morte do pai. Termo final.....	162
20.4	Indenizações previdenciária e comum não se compensam	162
20.5	Seguro obrigatório e indenização comum. Compensação.....	163
20.6	O 13º salário	164
20.7	Correção monetária.....	164
20.8	Juros moratórios	165
20.9	Legitimados para postular a indenização.....	167
20.10	Constituição de capital para garantir a pensão.....	168
20.11	Verba honorária	168
20.12	Revisão do pensionamento.....	169
20.13	Prescrição e decadência	170
20.13.1	Prazos prescricionais e termo inicial	173
20.13.1.a	O termo inicial do prazo prescricional é a data do conhecimento da lesão ao direito.....	173
20.13.1.b	O prazo prescricional de três anos não se aplica aos casos de responsabilidade civil contratual.	174
20.13.1.c	Causas que impedem ou suspendem a prescrição. Cômputo do prazo prescricional transcorrido durante a lei velha e o da lei nova	176
20.13.2	Prazo prescricional no Código do Consumidor e no Direito Público.....	178
20.13.3	O artigo 200 do Código Civil	178
20.13.4	Objecções à plena aplicação do artigo 200 do Código Civil.....	182
20.13.5	O protesto cambial e o parágrafo único do artigo 202	185
Capítulo V – Responsabilidade Extracontratual Objetiva		193
21	Evolução doutrinária.....	193
21.1	Fatores da evolução da responsabilidade objetiva.....	193
21.2	Fases da evolução.....	194
22	A teoria do risco.....	194
23	Modalidades do risco	195
23.1	O risco proveito.....	195
23.2	O risco profissional.....	195
23.3	O risco excepcional	196
23.4	O risco criado.....	196
23.5	O risco integral.....	196
24	O risco e o dever de segurança.....	197
24.1	Campo de incidência da responsabilidade objetiva	198
25	Evolução da responsabilidade objetiva	199
25.1	Responsabilidade das estradas de ferro	199
25.2	Acidente do trabalho.....	199
25.3	Seguro obrigatório	204
25.3.1	Outras questões sobre DPVAT	205
25.4	Danos ao meio ambiente	206

25.5	Danos nucleares	208
25.6	Danos causados pela Internet	209
25.7	Outras hipóteses de responsabilidade objetiva	214
26	Socialização dos riscos	215
Capítulo VI – A Responsabilidade Objetiva no Código Civil		219
27	O abuso do direito como ato ilícito	219
27.1	Origem, conceito e finalidade	220
27.2	Teorias sobre o abuso do direito	222
27.3	Características da ilicitude do abuso do direito	222
27.4	O abuso do direito como princípio geral	223
27.5	Excesso manifesto	224
27.6	Os limites estabelecidos pela lei	225
27.6.1	Fim econômico	225
27.6.2	A jurisprudência	225
27.6.3	Fim social	230
27.6.4	Boa-fé objetiva	231
27.6.5	Bons costumes	234
28	Responsabilidade pelo desempenho de atividade de risco	234
28.1	Teoria do risco criado	235
28.2	Atividade normalmente desenvolvida	235
28.3	Por sua natureza implicar risco	236
29	O dever de segurança	237
30	Fato da atividade	238
31	Campo de incidência da norma	238
32	Responsabilidade dos empresários e empresas por danos causados por produtos	240
32.1	Teoria do risco da atividade empresarial	241
33	Fato do produto	241
34	O dever de segurança	242
34.1	Risco inerente ao produto	243
35	Os responsáveis	243
36	Excludentes de responsabilidade pela atividade de risco e pelo dano causado por produto	244
37	O risco do desenvolvimento	245
38	Conclusão	246
Capítulo VII – Responsabilidade por Fato de Outrem		247
39	Responsabilidade direta e indireta	247
40	Responsabilidade objetiva dos responsáveis	248
40.1	Responsabilidade subsidiária dos incapazes	250
41	Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores	251
42	Exclusão da responsabilidade dos pais	252
43	Responsabilidade dos tutores e curadores	253
44	Responsabilidade do empregador ou comitente	253

45	Responsabilidade objetiva do empregador.....	254
46	Teoria da substituição.....	254
47	Campo de incidência do inciso III do artigo 932.....	255
48	Noção de preposição.....	256
49	Exoneração da responsabilidade do patrão.....	257
50	Abuso ou desvio de atribuições do empregado.....	258
50.1	Ação regressiva e solidariedade.....	258
51	Responsabilidade das locadoras de veículos.....	259
51.1	Fundamentos da Súmula.....	259
52	Responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, hotéis e similares.....	260
53	Participação gratuita no produto de crime.....	262
Capítulo VIII – Responsabilidade pelo Fato das Coisas.....		263
54	Caracterização do problema.....	263
55	A noção de guarda.....	264
55.1	A noção de guarda intelectual.....	264
56	O proprietário é o guarda presumido da coisa.....	265
57	Responsabilidade do proprietário no caso de furto ou roubo do veículo.....	265
58	Veículo emprestado.....	267
59	Responsabilidade objetiva ou culpa presumida?.....	268
59.1	Inexistência de regra no Código Civil.....	269
60	Jurisprudência brasileira.....	270
60.1	Acidente em escada rolante.....	270
60.2	Acidente em elevador.....	270
60.3	Acidente imobiliário.....	270
61	Incidência do Código do Consumidor.....	271
62	Responsabilidade das empresas de leasing pela coisa arrendada.....	271
63	Veículo alienado, mas não transferido no DETRAN.....	272
63.1	Venda simulada.....	273
64	Responsabilidade por fato de animais.....	273
65	Natureza da responsabilidade por fato de animais.....	275
66	Responsabilidade pela ruína de edifício.....	276
67	Responsabilidade do dono do edifício.....	278
68	Culpa presumida do dono do edifício ou responsabilidade objetiva?.....	279
69	Responsabilidade por coisas caídas do prédio.....	280
70	Responsabilidade do habitante.....	280
71	Natureza da responsabilidade do habitante.....	281
Capítulo IX – Responsabilidade da Administração Pública.....		283
72	Evolução histórica.....	283
72.1	A irresponsabilidade do Estado.....	283
72.2	Concepção civilista.....	283
72.3	A teoria do órgão.....	284

72.4	A culpa anônima.....	285
72.5	A responsabilidade objetiva.....	286
72.6	Teoria do risco administrativo e o dever de segurança	286
72.7	Teoria do risco integral	287
73	A responsabilidade do Estado no Direito Brasileiro.....	287
73.1	O artigo 15 do Código Civil de 1916.....	288
73.2	Precursos da responsabilidade objetiva do Estado	288
73.3	A Constituição de 1946.....	288
74	O § 6º do artigo 37 da Constituição de 1988.....	289
74.1	Acolhimento da teoria do risco administrativo.....	289
74.1.1	A questão da bala perdida.....	291
74.1.2	Exclusão da responsabilidade estatal	292
74.2	Concorrência de causas. Culpa concorrente.....	292
74.3	O sentido do vocábulo agente.....	293
74.3.1	A responsabilidade do agente público pelos danos causados a terceiros ou ao erário	293
74.3.1a	Legitimação passiva do agente público para a ação indenizatória ...	294
74.4	O sentido do vocábulo terceiros.....	296
74.5	Danos por omissão do Estado – omissão específica e genérica.....	296
74.6	Responsabilidade dos prestadores de serviços públicos.....	300
74.6.1	Responsabilidade subsidiária do Estado e não solidária	303
74.6.2	Responsabilidade dos tabeliães, notários e oficiais de registro.....	304
75	Danos decorrentes de obras públicas.....	309
76	Danos decorrentes de coisas ou pessoas perigosas de que o Estado tem a guarda.....	310
77	Danos decorrentes de fenômenos da Natureza e fato de terceiro	311
78	Responsabilidade subjetiva do Estado	312
79	Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de atos judiciais.....	314
79.1	Adeptos da tese da irresponsabilidade.....	314
79.2	A posição do Supremo Tribunal Federal	315
79.3	Argumentos contra a irresponsabilidade	315
79.4	Colocação do tema em face da Constituição de 1988.....	315
79.4.1	O artigo 5º, LXXV da Constituição. Erro judiciário.....	316
79.5	Responsabilidade pela atividade jurisdicional – ato judicial típico	317
79.5.1	Responsabilidade por ato jurisdicional cautelar.....	318
79.6	Responsabilidade pela atividade judiciária	319
79.7	Responsabilidade pessoal do juiz.....	320
80	Responsabilidade por atos legislativos.....	321
80.1	Leis de efeitos concretos.....	322
80.2	Leis inconstitucionais.....	322
Capítulo X – Responsabilidade Contratual		323
81	Origem	323
81.1	Transmutação da responsabilidade aquiliana em contratual.....	323

82	Conceito.....	324
83	Unificação da responsabilidade.....	325
84	Diferenças entre a responsabilidade contratual e a extracontratual.....	326
	84.1 Relação jurídica preexistente.....	326
	84.2 Culpa presumida.....	326
85	Pressupostos da responsabilidade contratual.....	327
	85.1 Existência de contrato válido.....	327
	85.2 Inexecução do contrato.....	327
	85.3 Dano e nexa causal.....	328
	85.3.1 Excludentes da responsabilidade contratual.....	329
	85.3.2 Sistema da Impossibilidade.....	330
	85.3.2 a A inexigibilidade do cumprimento da obrigação.....	331
	85.3.2 b A frustração do fim do contrato.....	332
86	Inadimplemento e mora.....	333
	86.1 Mora e inadimplemento. Conceitos.....	333
	86.2 Inadimplemento útil ou substancial.....	333
	86.2.1 A violação positiva do contrato.....	335
	86.3 Espécies de mora.....	336
87	Juros de mora e cláusula penal.....	336
	87.1 Função da cláusula penal.....	337
	87.2 Cláusula penal compensatória.....	337
	87.3 Cláusula penal moratória.....	337
	87.4 Responsabilidade pré-contratual.....	339
	87.5 Responsabilidade pós-contratual.....	341
Capítulo XI – Responsabilidade do Transportador.....		345
88	O contrato de transporte: importância social e jurídica.....	345
	88.1 Alguns dados estatísticos.....	345
	88.2 Omissão do Código de 1916 e o tratamento jurídico do Código de 2002.....	346
89	O triplice aspecto da responsabilidade do transportador.....	347
	89.1 Responsabilidade em relação a terceiros.....	347
	89.2 Responsabilidade em relação aos empregados.....	348
	89.3 Responsabilidade em relação aos passageiros.....	348
90	Características do contrato de transporte de passageiros.....	348
	90.1 Obrigação de segurança. Cláusula de incolumidade.....	349
91	Origem e evolução da responsabilidade contratual do transportador.....	349
	91.1 A Lei das Estradas de Ferro – Decreto nº 2.681/1912.....	350
92	Presunção de responsabilidade, e não simples culpa presumida.....	350
	92.1 Entendimento dominante.....	351
	92.2 O advento do Código do Consumidor.....	351
	92.3 O advento do Código Civil.....	352
93	Exclusão de responsabilidade do transportador.....	353
	93.1 O fortuito interno e o externo.....	354

93.2	O fato exclusivo do passageiro	355
93.3	O fato exclusivo de terceiro	356
93.4	Assalto em trem ou ônibus no curso da viagem	357
93.5	A necessidade de um seguro social	360
94	Início e término da responsabilidade do transportador	360
94.1	Início da execução do contrato	361
94.2	O entendimento da jurisprudência	361
94.3	Início e término do transporte rodoviário	362
95	Transporte gratuito	362
95.1	Transporte aparentemente gratuito	362
95.2	Transporte puramente gratuito	363
95.3	O artigo 736 do Código Civil	363
95.4	Responsabilidade aquiliana	364
95.5	Transporte clandestino	365
96	A cláusula de não indenizar	365
97	Responsabilidade do transportador aéreo	365
97.1	Disciplina da responsabilidade do transportador aéreo	366
97.1.1	As Convenções de Varsóvia e Montreal	366
97.2	A Convenção de Varsóvia e o Código do Consumidor	367
97.2.1	O entendimento do Superior Tribunal de Justiça	368
97.2.2	O novo posicionamento do Supremo Tribunal Federal	374
97.2.3	Considerações sobre o novo entendimento do STF	376
97.2.4	A força maior e a responsabilidade do transportador aéreo	383
97.3	Transporte aéreo nacional ou interno	386
97.4	A responsabilidade limitada do Código Brasileiro de Aeronáutica e o Código do Consumidor	386
97.5	Responsabilidade extracontratual do transportador aéreo	388
97.6	Revogação do artigo 269 do Código Brasileiro de Aeronáutica	388
97.7	Responsabilidade por danos causados ao passageiro ou terceiros no recinto do aeroporto	388
98	Transporte de mercadorias	389
98.1	Transporte terrestre de mercadorias	389
98.2	Transporte aéreo de mercadorias	390
98.3	Transporte marítimo de mercadorias	391
99	Transporte de valores	392
100	Desnecessidade de vistoria	393
Capítulo XII – Responsabilidade do Construtor e do Incorporador		395
101	Natureza da responsabilidade	395
102	Responsabilidade do construtor em relação ao dono da obra	396
103	O construtor tem obrigação de resultado e responsabilidade objetiva em relação ao dono da obra	396
104	Vícios e defeitos ocultos integram o conceito de solidez e segurança da obra	397

105	O alcance do artigo 1.245 do Código Civil de 1916.....	397
105.1	Interpretação evolutiva	398
105.2	A lição de Hely Lopes Meirelles.....	399
105.3	Modificação da legislação francesa.....	400
105.4	O artigo 618 do Código Civil de 2002	400
106	Natureza do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil de 2002.....	400
106.1	Prazo de ordem pública	401
106.2	Prazo de garantia e não de caducidade, nem prescricional.....	401
106.3	O parágrafo único do artigo 618 do Código Civil.....	402
107	Conceito de solidez e segurança da obra	403
108	Responsabilidade extracontratual do construtor.....	404
108.1	Responsabilidade solidária do dono da obra	404
108.2	Síntese conclusiva	405
109	Responsabilidade do incorporador	407
109.1	Conceito de incorporação	407
109.2	Obrigações do incorporador.....	407
109.3	Solidariedade entre o incorporador e o construtor.....	408
109.4	Incidência do Código do Consumidor	410
109.4.1	Incidência do Código do Consumidor na fase pré-contratual da incorporação.....	411
109.4.2	Incidência do Código do Consumidor na fase contratual da incorporação	411
109.4.3	Incidência do Código do Consumidor quanto à segurança da obra.....	412
109.4.4	Incidência do Código do Consumidor quanto à qualidade da obra	413
Capítulo XIII – Responsabilidade dos Médicos, Advogados e de Outros Profissionais.....		415
110	Considerações gerais	415
111	Natureza da responsabilidade médica.....	415
112	A responsabilidade pessoal do médico	416
113	A prova da culpa	417
113.1	O erro profissional – a lição de Carvalho Santos.....	418
113.2	O entendimento de Néelson Hungria	418
113.3	O erro de diagnóstico.....	419
113.4	Síntese da jurisprudência.....	419
113.5	Equipe cirúrgica e o erro anestésico.....	420
113.6	Inversão do ônus da prova.....	422
113.7	Violação do sigilo profissional	422
113.8	O dever de informar	423
113.9	A perda de uma chance.....	425
114	Cirurgia estética – obrigação de meio ou de resultado?.....	427
115	Responsabilidade médica empresarial – hospitais, clínicas e casas de saúde	430
115.1	Responsabilidade dos médicos e hospitais no seguro de saúde.....	434
115.2	Exclusão da responsabilidade médica.....	436

115.3	O risco inerente do serviço.....	437
116	Responsabilidade de outras profissões.....	438
116.1	Responsabilidade dos dentistas.....	438
117	Responsabilidade do advogado.....	439
117.1	Disciplina jurídica da advocacia.....	440
117.2	Aspectos da responsabilidade civil do advogado.....	440
117.3	Sociedade de advogados.....	441
117.4	Advogado profissional liberal.....	442
117.5	Responsabilidade por omissão.....	443
117.6	Obrigação de meio e de resultado – erro profissional.....	444
117.7	Obrigação de recorrer.....	445
117.8	A perda de uma chance.....	445
117.9	A advocacia e o Código do Consumidor.....	447
117.10	Ofensa irrogada em juízo.....	448
Capítulo XIV – Responsabilidade das Instituições Bancárias.....		451
118	Natureza da responsabilidade bancária.....	451
119	Incidência do Código do Consumidor.....	452
119.1	Depósitos bancários.....	455
119.1.1	Investimentos e aplicações financeiras.....	455
119.2	Cheque falsificado e outras fraudes.....	456
119.3	A Súmula 28 do Supremo Tribunal Federal.....	456
119.4	Recusa de pagamento de cheque regular.....	456
119.5	Violação do sistema eletrônico.....	457
119.6	Cartão de crédito.....	459
119.6.1	Incidência do Código do Consumidor.....	460
119.6.2	Inexistência de solidariedade entre o titular da bandeira e o emissor do cartão.....	461
120	Cofre bancário de aluguel – natureza jurídica.....	464
120.1	Responsabilidade do banco pelos bens guardados nos cofres – a cláusula de segurança....	464
120.2	A prova do dano.....	465
121	Responsabilidade extracontratual dos bancos.....	466
121.1	Fundamento jurídico.....	466
121.2	Protesto indevido de título.....	467
121.3	Responsabilidade por assalto.....	468
Capítulo XV – Responsabilidade do Segurador.....		471
122	Importância socioeconômica do seguro.....	471
123	Risco – elemento material do seguro.....	471
123.1	Conceito de seguro.....	472
123.2	Risco objetivo e subjetivo.....	473
124	Mutualismo – base econômica do seguro.....	473
124.1	O princípio da mutualidade.....	473

124.2	Os princípios da garantia e da confiança	474
124.3	Equilíbrio econômico entre risco e prêmio	474
124.4	O princípio da boa-fé. Alma do seguro	475
124.5	O princípio da solidariedade – cerne do seguro	476
125	Espécies de seguro	476
125.1	Seguro de coisas – valor de mercado	476
125.1.1	Cosseguro e seguro cumulativo	478
125.2	Seguro de pessoas	478
125.2.1	Seguro em grupo	479
125.2.2	Formação do contrato de seguro em grupo	479
125.2.3	Natureza jurídica do contrato	480
125.3	Seguro de saúde	480
125.4	Seguro de responsabilidade civil	481
126	Contrato de adesão	482
127	Características da responsabilidade do segurador	483
127.1	Risco contratual	484
127.2	Dever de garantia – fundamento da responsabilidade do segurador	484
127.3	Cláusulas limitativas do risco	485
127.4	O seguro e a concepção social do contrato	486
127.5	Cláusulas abusivas	487
128	Excludentes de responsabilidade do segurador	489
128.1	As declarações do segurado	491
128.2	O agravamento do risco	493
128.2.1	Agravamento do risco e embriaguez	493
128.3	A fraude no seguro	495
128.4	O suicídio involuntário	496
128.5	Outros atos ilícitos do segurado ou do beneficiado pelo seguro	498
129	Questões polêmicas	499
129.1	Início da cobertura do seguro	499
129.2	Transferência do seguro	500
129.3	Ação direta do terceiro contra o segurador	501
129.4	Ação direta do beneficiário do seguro contra o segurador	502
129.5	Inexistência de ação direta do segurado contra o estipulante	503
129.6	Chamamento do segurador ao processo ou denúncia da lide?	503
129.7	A companheira como beneficiária do seguro de vida	504
130	Prescrição	505
130.1	Outras questões a serem lembradas	505
Capítulo XVI – A Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo		507
131	A problemática dos acidentes de consumo	507
132	Modificações introduzidas pelo CDC na responsabilidade civil nas relações de consumo	508
132.1	Teoria do risco do empreendimento ou da atividade empresarial	510

132.2	Princípios fundamentais da disciplina da responsabilidade do fornecedor	510
133	A sistemática do CDC – fato do produto e do serviço	512
133.1	Fato do produto – acidente de consumo	513
133.1.1	Conceito legal de defeito.....	514
133.2	O dever de segurança – fundamento da responsabilidade do fornecedor.....	515
133.2.1	O nexo causal entre o defeito e o dano.....	517
133.2.2	Risco inerente e risco adquirido – distinção.....	517
133.2.3	Produto perigoso e produto defeituoso.....	518
133.2.4	Risco permitido	518
133.2.5	Defeito de informação e o dever de informar	518
133.2.6	Limites do dever de informar.....	519
133.3	Os responsáveis.....	519
133.4	A solidariedade passiva no Código de Defesa do Consumidor	520
133.4.1	A solidariedade passiva na responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço.....	521
133.4.2	A solidariedade passiva nos serviços complexos, produzidos por cadeia de fornecedores	522
133.5	Responsabilidade subsidiária do comerciante	526
133.6	Fato do serviço	527
133.7	Excludentes de responsabilidade do fornecedor	529
133.8	O risco do desenvolvimento.....	534
133.9	Inversão do ônus da prova <i>ope legis</i>	536
134	Responsabilidade dos profissionais liberais.....	537
134.1	Quem é profissional liberal?.....	538
134.2	Sociedades empresárias prestadoras de serviços não se enquadram na regra prescricional destinada aos profissionais liberais	539
135	Consumidor por equiparação	540
136	O direito de regresso.....	542
137	Responsabilidade por vício do produto e do serviço	542
137.1	Vício e defeito – distinção.....	542
137.2	Responsabilidade objetiva	543
137.3	Vício do produto e vício redibitório – distinção.....	543
137.3.1	Dano <i>circa rem</i> e <i>extra rem</i>	544
137.4	Os responsáveis.....	545
137.5	Vício de qualidade	545
137.6	Mecanismos reparatórios.....	546
137.7	Vício de quantidade.....	548
137.8	Vícios do serviço.....	548
138	Decadência e prescrição no Código do Consumidor	549
138.1	Prescrição.....	549
138.2	Causas que suspendem ou interrompem a prescrição.....	550
138.3	Decadência	550
138.4	Suspensão da decadência.....	551

Capítulo XVII – A Cláusula de não Indenizar	555
139 Conceito	555
140 Denominação	555
141 Diferença entre causa de irresponsabilidade e cláusula de não indenizar	555
142 Fundamento	556
143 Limites	556
143.1 A ordem pública	557
143.2 Dolo e culpa grave	558
143.3 Elemento essencial do contrato	560
143.4 Limitações legais	561
144 Conclusões	562
Capítulo XVIII – Influência da Sentença Criminal sobre o Juízo da Reparação	563
145 Tema polêmico	563
146 Efeitos da sentença penal condenatória	564
147 Unidade da falta e variedade de consequências	564
148 A sentença penal absolutória	566
148.1 Sentença absolutória fundada em prova da inexistência do crime ou da autoria	566
148.2 Sentença absolutória fundada em falta de prova	566
148.3 Sentença absolutória por motivo peculiar do Direito Penal	568
148.4 Sentença absolutória fundada em excludente de ilicitude	568
148.5 Sentença absolutória do Júri	569
149 Sobrestamento do processo civil	571
150 Repercussão da sentença penal na esfera administrativa	572
Bibliografia	575
Índice Alfabético-Remissivo	579